

# REGIME DAS DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

DECRETO REGULAMENTAR N.º 25/2009, DE 14 DE SETEMBRO

Última atualização: Decreto Regulamentar n.º 4/2015, de 22 de abril

LEGISLAÇÃO RELACIONADA:

Art.º 118.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro,

Art.º 4.º da Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro

Art.º 23.º da Lei 82-D/2014, de 31 de dezembro



Estabelece o regime das depreciações e amortizações para efeitos do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas e revoga o Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro.

### **DECRETO REGULAMENTAR N.º 25/2009, DE 14 DE SETEMBRO**

Na sequência da alteração do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (abreviadamente designado por Código do IRC), destinada a adaptar as regras de determinação do lucro tributável ao enquadramento contabilístico resultante da adopção das normas internacionais de contabilidade (NIC), nos termos do artigo 3.º do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, bem como da aprovação do Novo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), que adaptou as NIC na ordem jurídica interna, importa rever o regime regulamentar das depreciações e amortizações, adaptando-o a este novo contexto.

O Código do IRC continua a definir de forma bastante desenvolvida os elementos essenciais do regime de depreciações e amortizações, nomeadamente os elementos depreciáveis e amortizáveis, a respectiva base de cálculo e os métodos aceites para efeitos fiscais, permitindo uma grande flexibilidade aos agentes económicos. Definido este quadro de referência, o Código do IRC revisto continua a remeter para diploma regulamentar o desenvolvimento deste regime, que agora se apresenta.

Embora a nova regulamentação mantenha a estrutura e os elementos essenciais já constantes do regime aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro, entendeu-se ser adequado proceder à revogação daquele decreto regulamentar, aprovando-se um novo enquadramento jurídico em matéria de depreciações e amortizações. Assim se dá cumprimento, por um lado, à preocupação de aproximação entre fiscalidade e contabilidade e à necessidade de evitar constrangimentos à plena adopção das NIC, e, por outro, ao intuito reformador que presidiu à alteração do quadro jurídico nacional em matéria contabilística.

No entanto, entendeu-se ser adequado que os bens que ainda estavam a ser amortizados à data de entrada em vigor deste novo regime continuassem a beneficiar do regime que têm vindo a seguir - o que se acautela através das normas de direito transitório.

Não obstante a grande proximidade entre o regime que agora se adopta e o constante do Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro, cabe salientar, de entre as principais alterações face ao regime anterior, as seguintes:

A dedutibilidade fiscal das depreciações e amortizações deixa de estar dependente da respectiva contabilização como gasto no mesmo período de tributação, passando a permitir-se que as mesmas sejam também aceites quando tenham sido

contabilizadas como gastos nos períodos de tributação anteriores, desde que, naturalmente, não fossem dedutíveis por excederem as quotas máximas admitidas;

No mesmo sentido, prevê-se a inclusão, no custo de aquisição ou de produção dos elementos depreciáveis ou amortizáveis, de acordo com a normalização contabilística especificamente aplicável, dos custos de empréstimos obtidos, incluindo diferenças de câmbio a eles associados, quando respeitarem ao período anterior  sua entrada em funcionamento ou utilização, desde que este seja superior a um ano, e elimina-se a exigência de diferimento, durante um período mínimo de três anos, das diferenças de câmbio desfavoráveis relacionadas com os activos e correspondentes ao período anterior  sua entrada em funcionamento, dos encargos com campanhas publicitárias e das despesas com emissão de obrigações;

Elimina-se, igualmente, a exigência de evidenciar separadamente na contabilidade a parte do valor dos imóveis correspondente ao terreno, transferindo-se essa exigência para o processo de documentação fiscal;

Passa ainda a prever-se expressamente a possibilidade de, mediante autorização da Direcção-Geral dos Impostos, serem praticadas e aceites para efeitos fiscais depreciações ou amortizações inferiores às quotas mínimas que decorrem da aplicação das taxas das tabelas anexas ao presente decreto regulamentar;

Finalmente, houve a preocupação de se atender às especificidades dos activos não correntes detidos para venda e das propriedades de investimento.

Assim:

Ao abrigo do disposto no n. 1 do artigo 31. do Código do IRC, aprovado pelo Decreto-Lei n. 442-B/88, de 30 de Novembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n. 159/2009, de 13 de Julho, e nos termos da alínea c) do artigo 199. da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

#### ARTIGO 1. CONDIOES GERAIS DE ACEITAÇÃO DAS DEPRECIACOES E AMORTIZACOES

1 - Podem ser objecto de depreciação ou amortização os elementos do activo sujeitos a deprecimento, considerando -se como tais os activos fixos tangíveis, os activos intangíveis, os activos biológicos que não sejam consumíveis e as propriedades de investimento contabilizados ao custo histórico que, com carácter sistemático, sofrerem perdas de valor resultantes da sua utilização ou do decurso do tempo. (Redacção da Lei n. 64-B/2011, de 30 de dezembro)

2 - Salvo razões devidamente justificadas e aceites pela Autoridade Tributária e Aduaneira, as depreciações e amortizações s são consideradas: (Redacção do Decreto Regulamentar n. 4/2015, de 22 de abril)

a) Relativamente a activos fixos tangíveis e a propriedades de investimento, a partir da sua entrada em funcionamento ou utilização;

b) Relativamente aos activos biológicos que não sejam consumíveis e aos activos intangíveis, a partir da sua aquisição ou do início de actividade, se posterior, ou ainda, no que se refere aos activos intangíveis, quando se trate de elementos especificamente associados à obtenção de rendimentos, a partir da sua utilização com esse fim. (Redação da Lei n. 64-B/2011, de 30 de dezembro)

3 - As depreciações e amortizações s são aceites para efeitos fiscais desde que contabilizadas como gastos no mesmo período de tributação ou em períodos de tributação anteriores.

## ARTIGO 2.

### VALORIMETRIA DOS ELEMENTOS DEPRECIÁVEIS OU AMORTIZÁVEIS

1 - Para efeitos de cálculo das quotas máximas de depreciação ou amortização, os elementos do activo devem ser valorizados do seguinte modo:

a) Custo de aquisição ou de produção, consoante se trate, respectivamente, de elementos adquiridos a terceiros a título oneroso ou de elementos construídos ou produzidos pela própria empresa;

b) Valor resultante de reavaliação ao abrigo de legislação de carácter fiscal;

c) Valor de mercado,  data do reconhecimento inicial, para os bens objeto de avaliação para este efeito, quando não seja conhecido o custo de aquisição ou de produção, podendo esse valor ser objeto de correção, para efeitos fiscais, quando se considere excedido. (Redação do Decreto Regulamentar n. 4/2015, de 22 de abril)

2 - O custo de aquisição de um elemento do ativo é o respetivo preço de compra, acrescido:

a) Dos gastos acessórios suportados até  sua entrada em funcionamento ou utilização;

b) Das benfeitorias necessárias ou úteis realizadas, de acordo com a normalização contabilística aplicável.

(Redação da Lei n. 2/2014, de 16 de janeiro)

3 - O custo de produção de um elemento do activo obtm-se adicionando ao custo de aquisição das matérias-primas e de consumo e da mão-de-obra directa, os outros custos directamente imputáveis ao produto considerado, assim como a parte

dos custos indirectos respeitantes ao período de construção ou produção que, de acordo com o sistema de custeio utilizado, lhe seja atribuível.

4 - No custo de aquisição ou de produção inclui-se o imposto sobre o valor acrescentado (IVA) que, nos termos legais, não for dedutível, designadamente em consequência de exclusão do direito  deduco, não sendo, porém, esses custos influenciados por eventuais regularizações ou liquidações efectuadas em períodos de tributação posteriores ao da entrada em funcionamento ou utilização.

5 - Para efeitos da determinação do valor depreciável ou amortizável, previsto nos números anteriores:

- a) Não são consideradas as despesas de desmantelamento; e
- b) Deduz-se o valor residual.

(Redação do Decreto Regulamentar n.é 4/2015, de 22 de abril)

6 - [Anterior n. 5] São, ainda, incluídos no custo de aquisição ou de produção, de acordo com a normalização contabilística especificamente aplicável, os custos de empréstimos obtidos que sejam directamente atribuíveis à aquisição ou produção de elementos referidos no n.é 1 do artigo anterior, na medida em que respeitem ao período anterior  sua entrada em funcionamento ou utilização, desde que este seja superior a um ano. ((Redação do Decreto Regulamentar n.é 4/2015, de 22 de abril)

7 - [Anterior n.é 6] Sem prejuízo do referido no número anterior, não se consideram no custo de aquisição ou de produção as diferenças de câmbio relacionadas com os activos resultantes quer de pagamentos efectivos, quer de actualizações  data do balanço. (Redação do Decreto Regulamentar n.é 4/2015, de 22 de abril)

### ARTIGO 3. PERÍODO DE VIDA ÚTIL

1 - A vida útil de um elemento do activo depreciável ou amortizável , para efeitos fiscais, o período durante o qual se deprecia ou amortiza totalmente o seu valor, excluído, quando for caso disso, o respectivo valor residual.

2 - Qualquer que seja o método de depreciação ou amortização aplicado, considera-se:

- a) Período mínimo de vida útil de um elemento do activo, o que se deduz da quota de depreciação ou amortização que seja fiscalmente aceite nos termos dos n.os 1 e 2 do artigo 5.é;
- b) Período máximo de vida útil de um elemento, o que se deduz de quota igual a metade da referida na alínea anterior.

3 - Exceptuam-se do disposto na alínea b) do número anterior as despesas com projectos de desenvolvimento, cujo período máximo de vida útil é de cinco anos.

4 - Os períodos mínimo e máximo de vida útil contam-se a partir da ocorrência dos factos mencionados no n.º 2 do artigo 1.º

5 - Não são aceites como gastos para efeitos fiscais as depreciações ou amortizações praticadas para além do período máximo de vida útil, ressalvando-se os casos devidamente justificados e aceites pela Autoridade Tributária e Aduaneira. (Redacção do Decreto Regulamentar n.º 4/2015, de 22 de abril)

#### ARTIGO 4.º

### MÉTODOS DE CÁLCULO DAS DEPRECIACOES E AMORTIZACOES

1 - O cálculo das depreciações e amortizações faz-se, em regra, pelo método da linha reta. (Redacção do Decreto Regulamentar n.º 4/2015, de 22 de abril)

2 - Pode, no entanto, optar-se pelo cálculo das depreciações pelo método das quotas decrescentes, relativamente aos activos fixos tangíveis novos, adquiridos a terceiros ou construídos ou produzidos pela própria empresa, e que não sejam:

a) Edifícios;

b) Viaturas ligeiras de passageiros ou mistas, excepto quando afectas à exploração de serviço público de transportes ou destinadas a ser alugadas no exercício da actividade normal do sujeito passivo;

c) Mobiliário e equipamentos sociais.

3 - A adopção pelo sujeito passivo de métodos de depreciação e amortização diferentes dos referidos nos números anteriores, de que resulte a aplicação de quotas de depreciação ou amortização superiores às previstas no presente decreto regulamentar, depende de autorização da Autoridade Tributária e Aduaneira, a qual deve ser solicitada até ao termo do período de tributação no qual o sujeito passivo pretenda iniciar a aplicação de tais métodos, através de requerimento em que se indiquem as razões que os justificam. (Redacção do Decreto Regulamentar n.º 4/2015, de 22 de abril)

#### ARTIGO 5.º

### MÉTODO DA LINHA RETA

(Epígrafe atualizada pelo decreto regulamentar  
n.º 4/2015, de 22 de abril)

1 - No método da linha reta, a quota anual de depreciação ou amortização que pode ser aceite como gasto do período de tributação é determinada aplicando-se aos

valores mencionados no n.º 1 do artigo 2.º as taxas de depreciação ou amortização especificas fixadas na tabela I anexa ao presente decreto regulamentar, e que dele faz parte integrante, para os elementos do ativo dos correspondentes ramos de atividade ou, quando estas não estejam fixadas, as taxas genericas fixadas na tabela II anexa ao presente decreto regulamentar, e que dele faz parte integrante. (Redação do Decreto Regulamentar n.º 4/2015, de 22 de abril)

2 - Exceptuam-se do disposto no número anterior os seguintes casos, em que as taxas de depreciação ou amortização são calculadas com base no correspondente período de utilidade esperada, o qual pode ser corrigido quando se considere que  inferior ao que objectivamente deveria ter sido estimado:

- a) Bens adquiridos em estado de uso;
- b) Bens avaliados para efeitos de abertura de escrita;
- c) Grandes reparaoes e beneficiaoes;
- d) Obras em edifícios e em outras construoes de propriedade alheia.

3 - Relativamente aos elementos para os quais não se encontrem fixadas, nas tabelas referidas no n.º 1, taxas de depreciação ou amortização são aceites as que pela Autoridade Tributária e Aduaneira sejam consideradas razoaveis, tendo em conta o período de vida útil esperada daqueles elementos. (Redação do Decreto Regulamentar n.º 4/2015, de 22 de abril)

4 - Quando, em relação aos elementos mencionados nas alíneas a) e b) do n.º 2, for conhecido o ano em que pela primeira vez tiverem entrado em funcionamento ou utilização, o período de utilidade esperada não pode ser inferior  diferença entre o período mínimo de vida útil do mesmo elemento em estado de novo e o número de anos de utilização já decorrido.

5 - Para efeitos de depreciação ou amortização, consideram-se:

- a) «Grandes reparaoes e beneficiaoes» as que aumentem o valor ou a duração provavel dos elementos a que respeitem;
- b) «Obras em edifícios e em outras construoes de propriedade alheia» as que, tendo sido realizadas em edifícios e em outras construoes de propriedade alheia, e não sendo de manutenção, reparação ou conservação, ainda que de caractér plurianual, não dêem origem a elementos removíveis ou, dando-o, estes percam então a sua função instrumental.

## ARTIGO 6.º

### MÉTODO DAS QUOTAS DECRESCENTES

1 - No método das quotas decrescentes, a quota anual de depreciação que pode ser aceite como gasto do período de tributação determina-se aplicando aos valores mencionados no n.º 1 do artigo 2.º, que ainda não tenham sido depreciados, as taxas referidas no n.º 1 do artigo anterior, corrigidas pelos seguintes coeficientes máximos:

- a) 1,5, quando o período de vida útil do elemento seja inferior a cinco anos;
- b) 2, quando o período de vida útil do elemento seja de cinco ou seis anos;
- c) 2,5, quando o período de vida útil do elemento seja superior a seis anos.

2 - Nos casos em que, nos períodos de tributação já decorridos de vida útil do elemento do activo, não tenha sido praticada uma quota de depreciação inferior  referida no n.º 1 do artigo anterior, quando a quota anual de depreciação determinada de acordo com o disposto no número anterior for inferior, num dado período de tributação,  que resulta da divisão do valor pendente de depreciação pelo número de anos de vida útil que restam ao elemento a contar do início desse período de tributação, pode ser aceite como gasto, até ao termo dessa vida útil, uma depreciação de valor correspondente ao quociente daquela divisão.

3 - Para efeitos do disposto no número anterior, a vida útil de um elemento do activo reporta-se ao período mínimo de vida útil segundo o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º

4 - O disposto no n.º 2 no prejudica a aplicação do que se estabelece no artigo 18.º relativamente a quotas mínimas de depreciação.

## ARTIGO 7.º

### DEPRECIACOES E AMORTIZACOES POR DUODCIMOS

1 - No ano da entrada em funcionamento ou utilização dos activos, pode ser praticada a quota anual de depreciação ou amortização em conformidade com o disposto nos artigos anteriores, ou uma quota de depreciação ou amortização, determinada a partir dessa quota anual, correspondente ao número de meses contados desde o más da entrada em funcionamento ou utilização desses activos.

2 - No caso referido no número anterior, no ano em que se verificar a transmisso, a inutilizao ou o termo de vida útil dos mesmos activos nas condioes do n.º 2 do artigo 3.º, so so aceites depreciaoes ou amortizaoes correspondentes ao número de meses decorridos até ao ms anterior ao da verificao desses eventos.

3 - A quota de depreciação ou amortização que pode ser aceite como gasto do pe-



rodo de tributação  também determinada tendo em conta o número de meses em que os elementos estiveram em funcionamento ou utilização nos seguintes casos:

- a) Relativamente ao período de tributação em que se verifique a cessaco da actividade, motivada pelo facto de a sede e a direcção efectiva deixarem de se situar em território português, continuando, no entanto, os activos afectos ao exercício da mesma actividade, através de estabelecimento estável a situado;
- b) Relativamente ao período de tributação referido na alínea d) do n.é 4 do artigo 8.é do Código do IRC;
- c) Quando seja aplicável o disposto no n.é 3 do artigo 74.é do Código do IRC, relativamente ao número de meses em que, no período de tributação da transmissão, os activos estiveram em funcionamento ou utilização nas sociedades fundidas ou cindidas ou na sociedade contribuidora e na sociedade para a qual se transmitem em consequência da fusão ou cisão ou entrada de activos;
- d) Relativamente ao período de tributação em que se verifique a dissolução da sociedade para efeitos do disposto na alínea c) do n.é 2 do artigo 79.é do Código do IRC.

#### ARTIGO 8. APLICAÇÃO UNIFORME DOS MÉTODOS DE DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO

Salvo razões devidamente justificadas, para efeitos de cálculo do limite máximo das quotas de depreciação ou amortização que podem ser aceites, em cada período de tributação, deve ser aplicado, em relação a cada elemento do activo, o mesmo método de depreciação e amortização desde a sua entrada em funcionamento ou utilização até  sua depreciação ou amortização total, transmissão ou inutilização.

#### ARTIGO 9. REGIME INTENSIVO DE UTILIZAÇÃO DOS ACTIVOS DEPRECIÁVEIS

1 - Quando os activos fixos tangíveis estiverem sujeitos a desgaste mais rápido do que o normal, em consequência de laboração em mais do que um turno, pode ser aceite como gasto do período de tributação:

- a) Se a laboração for em dois turnos, uma quota de depreciação correspondente  que puder ser praticada pelo método que estiver a ser aplicado, acrescida até 25 %;
- b) Se a laboração for superior a dois turnos, uma quota de depreciação correspondente  que puder ser praticada pelo método que estiver a ser aplicado, acrescida até 50 %.

2 - No caso do método das quotas decrescentes, o disposto no número anterior não pode ser aplicado relativamente ao primeiro período de depreciação, nem dele pode decorrer, nos períodos seguintes, uma quota de depreciação superior  que puder ser praticada nesse primeiro período.

3 - A aplicação do regime mencionado no n. 1 a ativos fixos tangíveis que estejam sujeitos a um desgaste mais rápido do que o normal em consequência de causas diferentes das previstas no referido número, desde que devidamente justificadas e respeitado o limiar máximo estabelecido na alínea b) do n. 1 e as limitações mencionadas no número anterior, depende de autorização da Autoridade Tributária e Aduaneira, a qual deve ser solicitada até ao termo do primeiro período de tributação no qual o sujeito passivo pretenda aplicar aquele regime, através de requerimento em que se indiquem as quotas de depreciação a praticar e as razões que as justificam. (Redação do Decreto Regulamentar n. 4/2015, de 22 de abril)

4 - O disposto nos números anteriores não  aplicável, em regra, relativamente a:

a) Edifícios e outras construções;

b) Bens que, pela sua natureza ou tendo em conta a actividade econmica em que especificamente são utilizados, estão normalmente sujeitos a condições intensivas de exploração.

#### ARTIGO 10. DEPRECIACOES DE IMÓVEIS

1 - No caso de imóveis, do valor a considerar nos termos do artigo 2., para efeitos do cálculo das respectivas quotas de depreciação,  excluído o valor do terreno ou, tratando-se de terrenos de exploração, a parte do respectivo valor não sujeita a deprecimento.

2 - De modo a permitir o tratamento referido no número anterior, devem ser evidenciados separadamente, no processo de documentação fiscal previsto no artigo 130. do Código do IRC:

a) O valor do terreno e o valor da construção, sendo o valor do primeiro apenas o subjacente  construção e o que lhe serve de logradouro;

b) A parte do valor do terreno de exploração não sujeita a deprecimento e a parte desse valor a ele sujeita.

3 - Em relação aos imóveis adquiridos sem indicação expressa do valor do terreno referido na alínea a) do número anterior, o valor a atribuir a este, para efeitos fiscais,  fixado em 25 % do valor global, a menos que o sujeito passivo estime outro valor com base em cálculos devidamente fundamentados e aceites pela Autoridade Tributária e Aduaneira. (Redação do Decreto Regulamentar n. 4/2015, de 22 de abril)

4 - O valor a atribuir ao terreno, para efeitos fiscais, nunca pode, porém, ser inferior ao determinado nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovada pelo Decreto-Lei n. 287/2003, de 12 de Novembro.

5 - O valor depreciável de um imóvel corresponde ao seu valor de construção ou, tratando-se de terrenos para exploração,  parte do respectivo valor sujeita a deprecimento.

#### ARTIGO 11.

##### DEPRECIACOES DE VIATURAS LIGEIRAS, BARCOS DE RECREIO E AVIOES DE TURISMO

1 - Não são aceites como gastos as depreciações das viaturas ligeiras de passageiros ou mistas, incluindo os veículos elétricos, na parte correspondente ao custo de aquisição ou ao valor revalorizado excedente ao montante a definir por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, bem como dos barcos de recreio e avioes de turismo. (Redação do Decreto Regulamentar n. 4/2015, de 22 de abril)

2 - O disposto no número anterior não  aplicável aos bens  referidos que estejam afetos  exploração de serviço público de transportes ou que se destinem a ser alugados no exercício da atividade normal do sujeito passivo. (Redao do Decreto Regulamentar n. 4/2015, de 22 de abril)

#### ARTIGO 12.

##### ACTIVOS REVERTVEIS

1 - Os elementos depreciveis ou amortizveis adquiridos ou produzidos por entidades concessionrias que, nos termos das regras de normalizao contabilística aplicáveis, sejam reconhecidos como elementos do seu ativo fixo tangível ou intangível e que, nos termos das cláusulas do contrato de concessão, sejam revertveis no final desta, podem ser depreciados ou amortizados em função do número de anos que restem do período de concessão, quando aquele for inferior ao seu período mínimo de vida útil. (Redação do Decreto Regulamentar n. 4/2015, de 22 de abril)

2 - Para efeitos do disposto no número anterior, a quota anual de depreciação ou amortização que pode ser aceite como gasto do período de tributação determina-se dividindo o custo de aquisição ou de produção dos elementos, deduzido, se for caso disso, da eventual contrapartida da entidade concedente, pelo número de anos que decorrer desde a sua entrada em funcionamento ou utilização até  data estabelecida para a reversão.

3 - Na determinação da quota anual de depreciação ou amortização deve ser tido em consideração, com a limitação mencionada na parte final do n. 1, o novo período que resultar de eventual prorrogação ou prolongamento do período de concessão, a partir do período de tributação em que esse facto se verifique.

### ARTIGO 13.º

#### LOCAÇÃO FINANCEIRA

1 - As depreciações ou amortizações dos bens objecto de locação financeira são gastos do período de tributação dos respectivos locatários, sendo-lhes aplicável o regime geral constante do Código do IRC e do presente decreto regulamentar.

2 - A transmissão dos bens locados, para o locatário, no termo dos respectivos contratos de locação financeira, bem como na relocação financeira prevista no artigo 25.º do Código do IRC, não determinam qualquer alteração do regime de depreciações ou amortizações que vinha sendo seguido em relação aos mesmos pelo locatário.

### ARTIGO 14.º

#### PEÇAS E COMPONENTES DE SUBSTITUIÇÃO OU DE RESERVA

1 - As peças e componentes de substituição ou de reserva, que sejam perfeitamente identificáveis e de utilização exclusiva em activos fixos tangíveis, podem ser excepcionalmente depreciadas, a partir da data da entrada em funcionamento ou utilização destes activos ou da data da sua aquisição, se posterior, durante o mesmo período da vida útil dos elementos a que se destinam ou, no caso de ser menor, no decurso do respectivo período de vida útil calculado em função do número de anos de utilidade esperada.

2 - O regime referido no número anterior não se aplica às peças e componentes que aumentem o valor ou a duração esperada dos elementos em que são aplicados.

### ARTIGO 15.º

#### DEPRECIACOES DE BENS REAVALIADOS

1 - O regime de aceitação como gastos das depreciações de bens reavaliados ao abrigo de legislação de carácter fiscal  o mencionado na mesma, com as adaptações resultantes do presente decreto regulamentar, aplicando-se aos bens reavaliados nos termos da Portaria n.º 20 258, de 28 de Dezembro de 1963, o regime previsto no n.º 2 do artigo 5.º

2 - Relativamente às reavaliações ao abrigo de diplomas de carácter fiscal,  de observar o seguinte:

a) Não  aceite como gasto, para efeitos fiscais, o produto de 0,4 pela importância do aumento das depreciações resultantes dessas reavaliações;

b) Não  aceite como gasto, para efeitos fiscais, a parte do valor depreciável ou amortizável dos elementos do ativo que tenham sofrido perdas por imparidade nos termos do artigo 31.º-B do Código do IRC que corresponda  reavaliação efetuada. (Redação do Decreto Regulamentar n.º 4/2015, de 22 de abril)

3 - Exceptuam-se do disposto no número anterior as reavaliaoes efectuadas ao abrigo da Portaria n. 20 258, de 28 de Dezembro de 1963, e do Decreto-Lei n. 126/77, de 2 de Abril, desde que efectuadas nos termos previstos nessa legislaao e, na parte aplicavel, com observancia das disposioes do presente decreto regulamentar, caso em que o aumento das depreciaoes resultante da reavaliaao  aceite na totalidade como gasto para efeitos fiscais.

#### ARTIGO 16. ACTIVOS INTANGIVEIS

1 - Os activos intangiveis são amortizaveis quando sujeitos a deprecimento, designadamente por terem uma vigencia temporal limitada.

2 - São amortizaveis os seguintes activos intangiveis:

a) Despesas com projectos de desenvolvimento;

b) Elementos da propriedade industrial, tais como patentes, marcas, alvaras, processos de produçao, modelos ou outros direitos assimilados, adquiridos a título oneroso e cuja utilizaçao exclusiva seja reconhecida por um período limitado de tempo.

3 - Exceto em caso de deprecimento efetivo, devidamente comprovado e reconhecido pela Autoridade Tributaria e Aduaneira, não são amortizaveis: (Redaao do Decreto Regulamentar n. 4/2015, de 22 de abril)

a) Trespases de estabelecimentos comerciais, industriais ou agrícolas; (Redaao do Decreto Regulamentar n. 4/2015, de 22 de abril)

b) Elementos mencionados na alínea b) do número anterior quando não se verifiquem as condioes a referidas.

#### ARTIGO 17. PROJECTOS DE DESENVOLVIMENTO

1 - As despesas com projectos de desenvolvimento podem ser consideradas como gasto fiscal no período de tributaao em que sejam suportadas.

2 - Para efeitos do disposto no presente decreto regulamentar, consideram-se despesas com projectos de desenvolvimento, as realizadas através da exploraao de resultados de trabalhos de investigaao ou de outros conhecimentos científicos ou técnicos, com vista  descoberta ou  melhoria substancial de matérias-primas, produtos, serviços ou processos de produçao.

3 - Não  aplicavel o disposto no n. 1, nem o referido na alínea a) do n. 2 do artigo anterior, aos projectos de desenvolvimento efectuados para outrem mediante contrato.

### ARTIGO 18.º

#### QUOTAS MÍNIMAS DE DEPRECIACÃO OU AMORTIZACÃO

1 - As quotas mínimas de depreciao ou amortizao que não tiverem sido contabilizadas como gastos do período de tributao a que respeitam, não podem ser deduzidas dos rendimentos de qualquer outro período de tributao.

2 - Para efeitos do disposto no número anterior, as quotas mínimas de depreciao ou amortizao são determinadas através da aplicao, aos valores mencionados no artigo 2.º, das taxas iguais a metade das fixadas nos termos do artigo 5.º, dependendo a utilizao de quotas inferiores de comunicao  Autoridade Tributária e Aduaneira, efetuada até ao termo do primeiro período de tributao em que o sujeito passivo pretenda iniciar a aplicao de tais quotas, na qual se indiquem as quotas a praticar e as razões que justificam a respetiva utilizao. (Redao do Decreto Regulamentar n.º 4/2015, de 22 de abril)

3 - O disposto nos números anteriores não  aplicável aos activos não correntes detidos para venda.

### ARTIGO 19.º

#### ELEMENTOS DE REDUZIDO VALOR

1 - Os elementos do activo sujeitos a deprecimento, cujos custos unitários de aquisio ou de produo não ultrapassem (euro) 1000, podem ser totalmente depreciados ou amortizados num s período de tributao, excepto quando façam parte integrante de um conjunto de elementos que deva ser depreciado ou amortizado como um todo.

2 - Considera-se sempre verificado o condicionalismo da parte final do número anterior quando os mencionados elementos não possam ser avaliados e utilizados individualmente.

3 - Os activos depreciados ou amortizados nos termos do n.º 1 devem constar dos mapas das depreciaes e amortizaes pelo seu valor global, numa linha própria para os elementos adquiridos ou produzidos em cada período de tributao, com a designao «Elementos de custo unitário inferior a (euro) 1000», elementos estes cujo período máximo de vida útil se considera, para efeitos fiscais, de um ano.

### ARTIGO 20.º

#### DEPRECIACOES E AMORTIZACOES TRIBUTADAS

As depreciaes e amortizaes que não sejam consideradas como gastos fiscais no período de tributao em que foram contabilizadas, por excederem as importâncias máximas admitidas, são aceites como gastos fiscais nos períodos seguintes, na medida em que não se excedam as quotas máximas de depreciao ou amortizao fixadas no presente decreto regulamentar.

## ARTIGO 21.º

### MAPAS DE DEPRECIACOES E AMORTIZACOES

1 - Os sujeitos passivos devem incluir, no processo de documentaco fiscal previsto nos artigos 130.º do Código do IRC e 129.º do Código do IRS, os mapas de depreciações e amortizações de modelo oficial, apresentando separadamente:

- a) Os elementos que entraram em funcionamento até 31 de Dezembro de 1988;
- b) Os elementos que entraram em funcionamento a partir 1 de Janeiro de 1989;
- c) Os elementos que foram objecto de reavaliação ao abrigo de diploma de carácter fiscal.

2 - Os mapas a que se refere o número anterior devem ser preenchidos de acordo com a codificação expressa nas tabelas anexas ao presente decreto regulamentar, e que dele fazem parte integrante.

3 - A contabilidade organizada nos termos do artigo 123.º do Código do IRC e do artigo 117.º do Código do IRS deve permitir o controlo dos valores constantes dos mapas referidos no n.º 1, em conformidade com o disposto no presente decreto regulamentar e na demais legislação aplicável.

## ARTIGO 22.º

### DISPOSICO TRANSITÓRIA

Na aplicação do disposto no presente decreto regulamentar deve ter-se em conta o seguinte:

- a) O método das quotas degressivas  aplicável apenas relativamente aos elementos cuja entrada em funcionamento se tenha verificado a partir de 1 de Janeiro de 1989;
- b) O disposto no n.º 3 do artigo 7.º  aplicável às situações ocorridas a partir de 1 de Janeiro de 1989, incluindo igualmente as situações mencionadas na parte final do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro;
- c) Relativamente aos imóveis de que não tenha sido ainda determinado o respectivo valor nos termos da legislação mencionada no n.º 4 do artigo 10.º, o limite mínimo a referido  constituído por 25 % do respectivo valor patrimonial constante da matriz  data da aquisição do imóvel;
- d) No tocante aos contratos de locação financeira celebrados antes de 1 de Janeiro de 1990, aplica-se, com as necessárias adaptações, para efeitos do cálculo das quotas de depreciação, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º, o disposto no n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 311/82, de 4 de Agosto;

e) As taxas de depreciação e amortização constantes das tabelas anexas ao presente decreto regulamentar, e que dele fazem parte integrante, são aplicáveis apenas aos elementos cuja entrada em funcionamento se tenha verificado a partir de 1 de Janeiro de 1989, aplicando-se aos que entraram em funcionamento anteriormente as constantes das tabelas anexas à Portaria n. 737/81, de 29 de Agosto, com as alterações que lhe foram introduzidas pelas Portarias n.os 990/84, de 29 de Dezembro, e 85/88, de 9 de Fevereiro;

f) As despesas com a emissão de obrigações, os encargos financeiros com a aquisição ou produção de elementos do imobilizado, as diferenas de câmbio desfavoráveis relacionadas com o imobilizado e os encargos com campanhas publicitárias, reconhecidos como gastos e ainda não aceites fiscalmente, concorrem igualmente para a formação do lucro tributável de acordo com o regime que vinha sendo adoptado.

#### ARTIGO 23. NORMA REVOGATÓRIA

 revogado o Decreto Regulamentar n. 2/90, de 12 de Janeiro.

#### ARTIGO 24. ENTRADA EM VIGOR E PRODUÇÃO DE EFEITOS

O presente decreto regulamentar entra em vigor em 1 de Janeiro de 2010, aplicando-se, para efeitos de IRC e de IRS, relativamente aos períodos de tributação que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2010.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 1 de Julho de 2009  
José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa - Fernando Teixeira dos Santos.  
Promulgado em 31 de Agosto de 2009.

Publique-se.

O Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva.  
Referendado em 1 de Setembro de 2009.  
O Primeiro-Ministro, José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.



TABELA I

Taxas específicas

(ver documento original)

TABELA II

Taxas genéricas

(ver documento original)

TABELAS I e II referidas no presente decreto regulamentar

TABELA I  
Taxas específicas

Código		Percentagens
	DIVISÃO I	
	<b>Agricultura, silvicultura, pecuária e pesca</b>	
	<b>Grupo 1 — Agricultura, silvicultura e pecuária</b>	
	Construções:	
0005	Construções de tijolo, pedra ou betão .....	5
0010	Construções de madeira com fundações de alvenaria .....	6,66
	Estufas:	
0015	De estrutura metálica ou de betão ou similares .....	10
0020	De estrutura de madeira .....	20
0025	Silos .....	8,33
0030	Nitreiras e fossas .....	5
0035	Construções ligeiras (em fibrocimento, madeira, zinco, etc.) .....	10
	Plantações:	
0040	Bosques e florestas .....	(a)
0045	Oliveiras .....	4
0050	Vinhas .....	5
0055	Amendoeiras, citrinos, figueiras e nogueiras .....	5
0060	Amoreiras, framboesas, groselheiras e pessegueiros .....	14,28
0065	Outros pomares .....	10
0070	Flores e outras plantações .....	(b)
	Equipamentos motorizados:	
0075	Tractores, ceifeiras — debulhadoras, motocultivadores, etc. ....	16,66
	Equipamentos não motorizados:	
0090	Arrancadora — carregadora, desbastador, ensiladora e semeador mecânico de precisão .....	14,28
0095	Outros equipamentos .....	12,5
	Equipamentos especializados:	
	Equipamento de rega por aspersão:	
0100	Barragens e rede primária .....	3,33
0105	Rede secundária e canalizações enterradas .....	5
0110	Restante equipamento .....	12,5
0115	Equipamento de ordenha .....	12,5
0120	Equipamento de vinificação .....	12,5
	Melhoramentos fundiários:	
0125	Subsolagens de efeito duradouro .....	33,33
0130	Ripagens e correcções de solos de efeito duradouro .....	20
0135	Barragens de terra batida e charcas .....	5
0140	Surribas profundas, trabalhos de enxugo ou drenagens, obras de defesa contra inundações, etc. ....	14,28
0145	Poços e furos .....	10
0150	Cercas .....	10

Código		Percentagens
	Animais:	
0155	De trabalho .....	12,5
	Reprodutores:	
0160	Suínos .....	33,33
0165	Outros .....	10
	<b>Grupo 2 — Pesca</b>	
	Barcos de pesca:	
0170	Costeiros (trainieras e outras embarcações cuja arqueação bruta ou calado as caracterize como costei- ras) .....	12,5
	De alto mar:	
0175	De ferro .....	7,14
0180	De madeira .....	10
0185	Navios — fábricas e navios — frigoríficos .....	10
0190	Instalaes de congelao e conservação .....	12,5
0195	Aparelhos localizadores, de telefonia, de radiogoniometria e de radar .....	20
0200	Apresto de pesca .....	33,33
	DIVISÃO II	
	<b>Indstrias extractivas</b>	
0210	Terrenos de exploração .....	(c)
0215	Terrenos destinados a entulheiras .....	(d)
0220	Fornos de ustulao e fundio .....	20
	Equipamento mineiro fixo:	
0225	De superfície .....	12,5
0230	De subsolo .....	20
0235	Vias frreas e respectivo material rolante .....	12,5
0240	Equipamento mvel sobre rodas ou lagartas .....	20
0245	Ferramentas e utensílios de uso específico .....	33,33
	DIVISÃO III	
	<b>Indstrias transformadoras</b>	
	<b>Grupo 1 — De alimentação, bebidas e tabaco</b>	
	<b>A) Indústria de panificao</b>	
0250	Fornos mecánicos, eléctricos, a vapor, etc. ....	12,5
0255	Fornos a caruma ou a lenha .....	8,33
0260	Equipamento mecnico e específico .....	12,5
0265	Instalaes frigoríficas e de ventilao .....	12,5
0270	Silos (tecido) .....	25
	<b>B) Outras Indstrias de alimentação</b>	
0275	Silos .....	5
	Depósitos:	
0280	De cimento .....	6,66
0285	De metal .....	7,14
	Fornos fixos:	
0290	Eléctricos e de combustíveis líquidos ou gasosos .....	12,5
0295	A lenha ou a carvo .....	8,33
0300	Fornos mveis .....	14,28
0305	Prensas .....	6,25
	Torradores:	
0310	Fixos .....	12,5
0315	Mveis .....	14,28
	Maquinaria e instalaes industriais de uso específico:	
0320	De moagem, descasque e polimento de arroz e refinao de leos vegetais .....	10
0325	Conservas de carne, cacau e gelados .....	14,28
0330	Outras indústrias .....	12,5

Código		Percentagens
<b>C) Bebidas no alcolicas</b>		
0345	Instalaes de captação, poos e depósitos de gua . . . . .	5
	Depósitos e tanques para a preparao de misturas e armazenagem:	
0350	De ao inoxidvel . . . . .	5
0355	De outros materiais . . . . .	8,33
	Maquinaria para filtraem, esterilizao, engarrafamento e rotulagem:	
0360	Automticas e semiautomticas. . . . .	12,5
0365	Não automáticas. . . . .	10
	Maquinaria e instalaes de seleco, lavagem, triturao, prensagem e concentração de frutos:	
0370	Automticas e semiautomticas. . . . .	14,28
0375	Não automáticas. . . . .	12,5
0380	Instalaes frigorificas . . . . .	12,5
<b>D) Bebidas alcolicas</b>		
	Tanques, cubas e depósitos de fermentao, repouso e armazenagem:	
0390	De madeira. . . . .	7,14
0395	Metálicos . . . . .	6,66
0400	De beto e similares . . . . .	5
0405	Caldeiras e alambiques . . . . .	6,66
0410	Maquinaria e instalaes de uso especifico . . . . .	12,5
<b>E) Tabaco</b>		
	Cámaras de secagem de tabaco:	
0420	De beto ou alvenaria . . . . .	5
0425	Construes ligeiras . . . . .	12,5
0430	Máquinas e instalaes de uso especifico . . . . .	12,5
<b>Grupo 2 — Txteis</b>		
0440	Maquinaria para o fabrico de malhas . . . . .	20
0445	Maquinaria para o fabrico de cordas, cabos e redes . . . . .	12,5
0450	Teares para a indústria de tapearia . . . . .	14,28
	Outras máquinas e instalaes de uso especifico:	
0455	Para uso em ambiente normal . . . . .	12,5
0460	Para uso em ambiente corrosivo . . . . .	20
<b>Grupo 3 — Calado, vesturio e txteis em obra</b>		
0470	Máquinas e instalaes industriais de uso especifico . . . . .	12,5
0475	Caldeiras para a produo de vapor . . . . .	20
0480	Moldes e formas para calado . . . . .	50
<b>Grupo 4 — Madeira e cortia</b>		
<b>A) Madeiras</b>		
0490	Instalao industriais de uso especifico . . . . .	12,5
	Maquinaria:	
0495	De serrao e fabrico de mveis e alfaias de madeira . . . . .	14,28
0500	Para o fabrico de folheados, contraplacados e aglomerados de particulas e fibras de madeira. . . . .	12,5
<b>B) Preparao e transformação de cortiñas, aglomerados e granulados</b>		
0510	Caldeiras a vapor . . . . .	20
0515	Autoclaves de coco. . . . .	14,28
0520	Fornos de fogo semidirecto . . . . .	12,5
0525	Instalaes de uso especifico . . . . .	8,33
0530	Máquinas de uso especifico . . . . .	10
<b>Grupo 5 — Indústrias do papel e de artigos de papel</b>		
0540	Geradores de vapor . . . . .	6,66
0545	Lixiviadores . . . . .	14,28
	Máquinas de uso especifico para:	
0550	Fabricao de pasta . . . . .	10

Código		Percentagens
0555	Formação de folha de papel .....	8,33
0560	Preparação e acabamento de papel .....	12,5
0565	Transformação de papel .....	14,28
<b>Grupo 6 — Tipografia, editoriais e indústrias conexas</b>		
0575	Máquinas de composio de jornais dirios .....	20
0580	Máquinas de impresso .....	14,28
0585	Aparelhagem electrónica para comando, reproduo, iluminao e corte .....	20
0590	Outras máquinas e apetrechos de uso específico .....	12,5
0595	Tipos e cortantes .....	33,33
<b>Grupo 7 — Indstrias de curtumes e de artigos de couro e pele (excepto calado e artigos de vesturio)</b>		
0605	Instalaes industriais de uso específico .....	12,5
0610	Máquinas de uso específico .....	14,28
<b>Grupo 8 — Indústria de borracha</b>		
0620	Máquinas e instalaes industriais de uso específico .....	14,28
0625	Moldes e formas .....	33,33
<b>Grupo 9 — Indstrias químicas</b>		
<b>A) Derivados do petróleo bruto e carvo</b>		
0640	Máquinas e instalaes industriais de uso específico .....	12,5
0645	Máquinas e instalaes industriais de uso específico sujeitas a ambiente corrosivo .....	16,66
0650	Oleodutos, reservatrios e instalaes de distribuição .....	10
0655	Bombas de gs (petróleo) .....	14,28
<b>B) Produes de gases comprimidos</b>		
0665	Instalaes industriais de uso específico .....	10
0670	Máquinas de uso específico .....	14,28
0680	Material de distribuição de gases (embalagens) .....	12,5
<b>C) Fabricao de explosivos e pirotecnia</b>		
0690	Máquinas e instalaes industriais de uso específico .....	12,5
0695	Máquinas e instalaes industriais de uso específico em ambiente corrosivo .....	20
0700	Ferramentas e utensílios de uso específico .....	33,33
<b>D) Sabes, detergentes e leos e gorduras animais ou vegetais no alimentares</b>		
0710	Máquinas e instalaes industriais de uso específico .....	12,5
0715	Máquinas e instalaes industriais de uso específico em ambiente corrosivo .....	20
0720	Aparelhos e utensílios de laboratório .....	20
0725	Ferramentas e utensílios de uso específico .....	33,33
<b>E) Fabricao de fibras artificiais e sintéticas, resinas sintéticas e outras matérias plásticas</b>		
0730	Máquinas e instalaes industriais de uso específico .....	14,28
0735	Prensas .....	6,25
0740	Moldes e formas .....	33,33
0745	Material de laboratório .....	20
<b>F) Outras indústrias químicas</b>		
0760	Fornos reactores para sínteses .....	20
0765	Fornos reactores para fuso .....	20
0770	Instalaes de electrólise e de electrossntese .....	20
0775	Instalaes de fabricao de ácidos .....	20
0780	Máquinas e outras instalaes industriais de uso específico .....	12,5
0785	Máquinas e outras instalaes industriais de uso específico em ambiente corrosivo .....	16,66
<b>Grupo 10 — Indstrias dos produtos minerais no metálicos</b>		
<b>A) Cerámica de construção</b>		
0800	Terrenos de exploração .....	(e)
0805	Fornos e muflas intermitentes .....	14,28
0810	Fornos e muflas contínuos .....	16,66
0815	Máquinas e outras instalaes industriais de uso específico .....	14,28
0825	Moldes (gesso ou madeira) .....	33,33

Código		Percentagens
<b>B) Porcelanas e faianas</b>		
0835	Fornos .....	14,28
0840	Máquinas e outras instalaes industriais de uso específico .....	14,28
0845	Ferramentas e utensílios de uso específico .....	33,33
<b>C) Vidros e artigos de vidro</b>		
0850	Fornos .....	14,28
0855	Máquinas e instalaes de uso específico .....	12,5
0865	Ferramentas e utensílios de uso específico .....	33,33
<b>D) Cimento</b>		
0875	Fornos .....	14,28
0880	Máquinas e instalaes industriais de uso específico .....	14,28
<b>E) Artefactos de cimento</b>		
0890	Máquinas e instalaes industriais de uso específico .....	12,5
<b>F) Cal e gesso</b>		
0910	Fornos .....	12,5
0915	Máquinas e instalaes industriais de uso específico .....	12,5
<b>Grupo 11 — Indstrias metalrgicas, metalomecnicas e de material eléctrico</b>		
<b>A) Básicas do ferro e do ao</b>		
0930	Fornos .....	12,5
0935	Máquinas e outros instrumentos industriais de uso específico .....	14,28
<b>B) Básicas de metais no ferrosos</b>		
0950	Fornos .....	14,28
0955	Células electrolíticas e outras instalaes para reagentes químicos .....	16,66
0960	Máquinas e outras instalaes industriais de uso específico .....	14,28
0965	Ferramentas e utensílios de uso específico .....	33,33
<b>C) Construo e reparao naval</b>		
0970	Docas flutuantes .....	8,33
0975	Docas secas, cais e pontes-cais .....	5
	Embarcaes para navegao fluvial:	
0980	De ferro .....	7,14
0985	De madeira .....	10
0990	Fornos .....	14,28
0995	Outras instalaes industriais de uso específico .....	10
1000	Máquinas de uso específico .....	16,66
<b>D) Outras indústrias metalrgicas, metalomecnicas e de material eléctrico</b>		
1010	Fornos de secagem .....	20
1015	Outros fornos e estufas .....	14,28
1020	Instalaes de vcuo .....	20
1025	Células electrolíticas e instalaes para reagentes químicos .....	14,28
1030	Equipamento de soldadura .....	20
1035	Outras instalaes industriais de uso específico .....	10
	Prensas:	
1040	De tipo ligeiro .....	14,28
1045	De tipo pesado .....	10
1050	Máquinas de bobinar .....	25
1055	Máquinas para corte de chapa magnética .....	20
1060	Outras máquinas de uso específico .....	14,28
1065	Moldes .....	33,33
1070	Ferramentas e utensílios de uso específico .....	33,33
<b>Grupo 12 — Indstrias transformadoras diversas</b>		
<b>A) Fabricao de aparelhos e instrumentos de medida e verificao</b>		
1075	Instalaes industriais de uso específico .....	10
1080	Máquinas de uso específico .....	14,28
1085	Fornos .....	12,5
1090	Ferramentas e utensílios de uso específico .....	33,33

Código		Percentagens
<b>B) Fabricaco de jias e de artigos de ourivesaria</b>		
1095	Instalaoes industriais de uso específico . . . . .	10
1100	Máquinas de uso específico . . . . .	14,28
1105	Ferramentas e utensílios de uso específico . . . . .	33,33
<b>C) Fabricaco de artigos de matérias plásticas</b>		
1110	Instalaoes industriais de uso específico . . . . .	10
1115	Máquinas de uso específico . . . . .	20
1120	Moldes . . . . .	33,33
1125	Ferramentas e utensílios de uso específico . . . . .	33,33
DIVISÃO IV		
<b>Construo civil e obras públicas</b>		
1130	Construoes ligeiras não afectas a obras em curso . . . . .	12,5
1135	Material de desenho, de topografia e de ensaio e medida . . . . .	16,66
	Materiais auxiliares de construo:	
	De madeira:	
1140	Andaimes . . . . .	100
1145	Cofragem . . . . .	100
	Metálicos:	
1150	Andaimes . . . . .	14,28
1155	Cofragem . . . . .	25
1160	Diversos . . . . .	20
	Equipamentos:	
1165	De transporte geral . . . . .	25
	De oficinas:	
1170	Carpintaria . . . . .	16,66
1175	Serralharia . . . . .	14,28
1180	Produo e distribuo de energia eléctrica . . . . .	14,28
1185	Para movimentaco e armazenagem de materiais . . . . .	14,28
1190	Para trabalhos de ar comprimido . . . . .	25
1195	Para trabalhos de escavaco e terraplenagem . . . . .	20
1200	De sondagens e fundaoes . . . . .	20
1205	Para explorao de pedreiras, fabricaco e aplicacão de betões e argamassas . . . . .	20
1210	Para construo de estradas . . . . .	20
1215	Para obras hidráulicas . . . . .	6,25
1220	Ferramentas e equipamentos individuais . . . . .	33,33
DIVISÃO V		
<b>Electricidade, gás e água</b>		
<b>Grupo 1 — Produo, transporte e distribuo de energia eléctrica</b>		
1225	Obras hidráulicas fixas . . . . .	3,33
	Equipamentos de centrais:	
1230	Hidroelctricas . . . . .	6,25
1235	Termoelctricas . . . . .	8,33
1240	Subestaoes e postos de transformao . . . . .	5
1245	Linhas de AT e suportes . . . . .	5
1250	Linhas de BT e suportes . . . . .	7,14
1255	Aparelhos de medida e controlo . . . . .	12,5
<b>Grupo 2 — Produo e distribuo de gás</b>		
1265	Instalaoes de destilao de carvões minerais . . . . .	6,25
1270	Gasmetros e depósitos para armazenagem de gs . . . . .	6,25
1275	Subestaoes reductoras e rede de distribuo . . . . .	6,25
1280	Máquinas e outras instalaoes de uso específico . . . . .	12,5
1285	Aparelhos de medida e controlo . . . . .	12,5

Código		Percentagens
<b>Grupo 3 — Captao e distribuição de guas</b>		
1295	Obras hidráulicas fixas . . . . .	3,33
1300	Comportas . . . . .	5
	Reservatórios:	
1305	De torre ou de superfície . . . . .	4
1310	Subterrneos . . . . .	2,5
1315	Condutas . . . . .	4
	Redes de distribuição:	
1320	De ferro . . . . .	5
1325	De fibrocimento ou similares . . . . .	6,25
1330	Outras instalaoes e máquinas de uso específico . . . . .	12,5
1335	Aparelhos de medida e controlo . . . . .	12,5
DIVISO VI		
<b>Transportes e comunicaoes</b>		
<b>Grupo 1 — Transportes</b>		
<b>A) Transportes ferroviários</b>		
1345	Túneis e obras de arte . . . . .	2
1350	Vias-férreas . . . . .	6,25
1355	Subestaoes de electricidade e postos de transformação . . . . .	5
1360	Linhas eléctricas e respectivas instalaoes . . . . .	5
1365	Instalaoes de sinalização e controlo . . . . .	14,28
1370	Locomotoras . . . . .	7,14
	Automotoras:	
1375	Ligeiras . . . . .	7,14
1380	Pesadas . . . . .	6,25
	Vagões:	
1385	Cubas, cisternas e frigoríficos . . . . .	6,25
1390	Não especificadas . . . . .	5
1395	Carruagens e outro material rolante . . . . .	5
1400	Material de carga e descarga . . . . .	8,33
1405	Outras máquinas e instalaoes de uso específico . . . . .	12,5
<b>B) Outros transportes terrestres</b>		
1415	Linhas eléctricas e respectivas instalaoes . . . . .	5
1420	Carros eléctricos . . . . .	6,25
1425	Trolley-cars . . . . .	10
	Veículos automóveis de servio público:	
1430	Pesados, para passageiros . . . . .	25
1435	Pesados e reboques, para mercadorias . . . . .	25
1440	Ligeiros e mistos . . . . .	25
1445	Outras instalaoes de uso específico . . . . .	10
<b>C) Transportes marítimos, fluviais e lacustres</b>		
1455	Navios de carga geral convencionais e navios mistos de passageiros e de carga . . . . .	10
1460	Navios de passageiros, ferries, graneleiros, porta-contentores, navios -tanques, navios — frigoríficos e outros navios especializados . . . . .	12,5
1465	Dragas, gruas flutuantes, barcaas, etc., de ferro . . . . .	8,33
1470	Fragatas, barcaas e outras embarcaoes de madeira . . . . .	12,5
1475	Embarcaoes de borraa . . . . .	10
1476	Embarcaoes de fibra de vidro . . . . .	25
1480	Máquinas e instalaoes portuárias . . . . .	14,28
1485	Outras máquinas e instalaoes de uso específico . . . . .	12,5
<b>D) Transportes aéreos</b>		
	Aviões:	
1495	Com motores de reacção . . . . .	16,66
1500	Com motores a turbo — hélice . . . . .	16,66
1505	Com motores convencionais . . . . .	25



Código		Porcentagem
1510	Frota terrestre .....	20
1515	Instalações auxiliares, nos aeroportos, para carga, embarque, etc. ....	10
1520	Máquinas e instalações de oficinas de reparação e revisão .....	12,5
<b>Grupo 2 — Comunicações telefónicas, telegráficas e radiotelegráficas</b>		
1530	Centrais de transmissão e de recepção .....	12,5
1535	Redes aéreas, suportes e cabos subterrâneos .....	5
1540	Instalações de sincronização e de controlo .....	14,28
1545	Instalações de registo de rádio .....	20
1550	Postos públicos e particulares .....	10
<b>DIVISO VII</b>		
<b>Serviços</b>		
<b>Grupo 1 — Serviços de saúde com ou sem internamento</b>		
1560	Decorações interiores, incluindo tapeçarias .....	25
1565	Mobiliário .....	12,5
1570	Cotchoaria e cobertores .....	25
1575	Roupas brancas e atalhados .....	50
1580	Louças e objectos de vidro, excepto decorativos .....	33,33
1585	Talheres e utensílios de cozinha .....	25
1590	Aparelhagem e material médico-cirúrgico de rápida evolução técnica .....	33,33
1595	Outro material, aparelhos, utensílios e instalações de uso específico .....	14,28
<b>Grupo 2 — Serviços recreativos</b>		
<b>A) Casas de espectáculos</b>		
1600	Máquinas de projecção e instalação sonora .....	14,28
1605	Cortinas metálicas contra incêndios .....	5
1610	Decorações interiores, incluindo tapeçarias (f) .....	20
1615	Aparelhagem e mobiliário de uso específico .....	12,5
<b>B) Estações de radiodifusão e televisão</b>		
1620	Instalações radiofnicas .....	12,5
1625	Instalações de teledifusão e televisão .....	16,66
1630	Instalações de sincronização e controlo .....	14,28
1635	Instalações de gravação e registo .....	25
1640	Equipamento móvel para serviço no exterior .....	20
<b>Grupo 3 — Hotéis, restaurantes, cafs e actividades similares</b>		
1650	Decorações de interiores, incluindo tapeçarias (f) .....	25
1655	Mobiliário (f) .....	12,5
1660	Cotchoaria e cobertores .....	20
1665	Roupas brancas e atalhados .....	50
1670	Louças e objectos de vidro, excepto decorativos .....	33,33
1675	Talheres e utensílios de cozinha .....	25
1680	Máquinas, aparelhos, utensílios e instalações de uso específico .....	14,28
<b>Grupo 4 — Serviços de higiene e de esttica</b>		
<b>A) Lavandarias e tinturarias</b>		
1685	Máquina de uso específico .....	14,28
1690	Instalações industriais de uso específico .....	10
<b>B) Barbearias, salões de cabeleireiro e institutos de beleza</b>		
1700	Aparelhos e instrumentos para massagens, depilação, secagem e trabalhos similares .....	20
1705	Instalações de uso específico .....	10
1710	Roupas brancas .....	50

(a) De acordo com o regime de exploração ex, por ação de sujeito passivo, à taxa específica de 4 %. (Redação da Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro).

(b) De acordo com o regime de exploração.

(c) Em função do equipamento.

(d) Em função da especificidade degradada.

(e) Em função do equipamento.

(f) Excluem-se os salões e objectos de arte e antiguidades.

TABELA II

## Taxas genéricas

Código		Percentagens
	DIVISÃO I	
	<b>Activos fixos tangíveis e propriedades de investimento</b>	
	<b>Grupo 1 — Imóveis</b>	
2005	Edificações ligeiras (fibrocimento, madeira, zinco, etc.) . . . . .	10
	Edifícios (a):	
2010	Habitacionais . . . . .	2
2015	Comerciais e administrativos . . . . .	2
2020	Industriais ou edificações integradas em conjuntos industriais . . . . .	5
2025	Afectos a hotéis, restaurantes e similares, a garagens e estações de serviço, a serviços de saúde e de ensino e a serviços recreativos e culturais . . . . .	5
2035	Fornos . . . . .	10
2040	Obras hidráulicas, incluindo poços de água . . . . .	5
2045	Obras de pavimentação de pedra, cimento, betão, etc. . . . .	5
	Pontes e aquedutos:	
2050	De betão ou alvenaria . . . . .	3,33
2055	De madeira . . . . .	20
2060	Metálicos . . . . .	8,33
	Reservatórios de água:	
2065	De torre ou de superfície . . . . .	5
2070	Subterrâneos . . . . .	3,33
2075	Silos . . . . .	5
	Vedações e arranjos urbanísticos:	
2080	Arranjos urbanísticos . . . . .	10
2085	Vedações ligeiras . . . . .	8,33
2090	Muros . . . . .	5
	<b>Grupo 2 — Instalações</b>	
2095	De água, electricidade, ar comprimido, refrigeração e telefónicas (instalações interiores) . . . . .	10
2100	De aquecimento central . . . . .	6,66
2105	Ascensores, monta-cargas e escadas mecânicas . . . . .	10
2110	De cabos aéreos e suportes . . . . .	10
2115	De caldeiras e alambiques . . . . .	7,14
2120	De captação e distribuição de água (instalações privadas) . . . . .	5
2125	De carga, descarga e embarque (instalações privadas) . . . . .	7,14
2130	Centrais telefónicas privadas . . . . .	10
2135	De distribuição de combustíveis líquidos (instalações privadas) . . . . .	10
2140	De embalagem . . . . .	10
	Instalações de armazenagem e de depósito:	
2145	De betão . . . . .	5
2150	De madeira . . . . .	6,66
2155	Metálicos . . . . .	8,33
2160	De lagares e prensas . . . . .	7,14
2165	Postos de transformação . . . . .	5
2170	Radiofónicas, radiotelegráficas e de televisão (instalações privadas) . . . . .	12,5
2175	Refeitórios e cozinhas privadas . . . . .	10
2180	Reservatórios para combustíveis líquidos . . . . .	6,66
2185	Vitrinas e estantes fixas . . . . .	12,5
2186	Espaços expositivos de carácter itinerante . . . . .	25
2190	Instalações de centros de formação profissional . . . . .	16,66
2195	Não especificadas . . . . .	10
	<b>Grupo 3 — Máquinas, aparelhos e ferramentas</b>	
2200	Aparelhagem e máquinas electrónicas . . . . .	20
2205	Aparelhagem de reprodução de som . . . . .	20
2210	Aparelhos de ar condicionado . . . . .	12,5
2215	Aparelhos de aquecimento (irradiadores e outros) . . . . .	12,5
2220	Aparelhos de laboratório e precisão . . . . .	14,28
2225	Aparelhos de ventilação (ventoinhas e outros) . . . . .	12,5
2230	Balanças . . . . .	12,5
2235	Compressores . . . . .	25
2240	Computadores . . . . .	33,33
2245	Equipamento de centros de formação profissional . . . . .	16,66
	Máquinas, aparelhos e ferramentas:	

Código		Porcentagem
2250	Equipamentos de energia solar, incluindo nomeadamente equipamentos de energia solar fotovoltaica, ou equipamentos de energia eólica	8
2251	Aparelhos telemóveis	20
	Equipamento de oficinas privadas:	
2255	De carpintaria	12,5
2260	De serralharia e mecânica	14,28
2265	Ferramentas e utensílios	25
2270	Guindastes	12,5
2275	Máquinas de escrever, de calcular, de contabilidade e de fotocpiar	20
	Máquinas — ferramentas:	
2280	Ligeiras	20
2285	Pesadas	12,5
2290	Máquinas de lavagem automática de veículos	20
2295	Máquinas não especificadas	12,5
2300	Material de incêndio (extintores e outros)	25
2305	Material de queima	14,28
2310	Motores	12,5
2315	Televisores	14,28
	<b>Grupo 4 — Material rotante ou de transporte</b>	
2320	Aeronaves	20
	Barcos:	
2325	De ferro	7,14
2330	De madeira	10
2335	De borracha	12,5
2340	Bicicletas, triciclos e motocicletas	25
2345	Tractores e atrelados, empilhadores e carros com caixa basculante ( <i>dumpers</i> )	16,66
2350	Vagões	4
2355	Veículos de traco animal, compreendendo animais de tiro	12,5
2360	Vias-férreas normais	4
2365	Vias-férreas (sistema Decauville) e respectivo material rolante	10
	Veículos automóveis:	
2370	Funerários	12,5
2375	Ligeiros e mistos	25
2380	Pesados de passageiros	14,28
2385	Pesados e reboques, de mercadorias	20
2390	Pesados e reboques de mercadorias, quando utilizados normalmente em vias que provoquem forte desgaste de material	25
2395	Tanques	16,66
	<b>Grupo 5 — Elementos diversos</b>	
	Artigos de conforto e decorao (b):	
2400	Alcatifas	25
2405	Outros	12,5
2410	Encerados	50
2415	Equipamento publicitário colocado na via pública	12,5
2420	Filmes, discos e cassetes	25
2425	Material de desenho e topografia	12,5
2430	Mobiliário (b) (c)	12,5
2435	Moldes, matrizes, formas e cunhos	25
2440	Programas de computadores	33,33
	Taras e vasilhame:	
2445	De madeira	20
2450	De metal	14,28
2455	De outros materiais	33,33
	<b>DIVISÃO II</b>	
	<b>Activos intangíveis</b>	
2470	Projectos de desenvolvimento	33,33
2475	Elementos da propriedade industrial, tais como patentes, marcas, alvarás, processos de produo, moldes ou outros direitos assimilados, adquiridos a título oneroso e cuja utilizao exclusiva seja reconhecida por um período limitado de tempo	(d)

(a) Tratando-se de edifícios onde se exercem actividades enquadradas em mais de uma das rubricas, o regime de depreciao será determinado pela classificao que lhes couber face  característica mais predominante.

(b) Exclusão-se o móvel e objectos de arte e antiguidades.

(c) O mobiliário e outros elementos afectos  centros de formao profissional são depreciados  taxa máxima anual de 16,66% se esta taxa elevada não estiver fixada na presente tabela.

(d) A taxa de amortizao  determinada em funo do período de tempo em que tiver lugar a utilizao exclusiva.